



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ACESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 00677.000.727/2024 — Procedimento de Gestão Administrativa

## ANEXO xx - MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS ASSOCIADOS CONTÍNUOS COMUNS DE ENGENHARIA N.º XX/XXXX

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS ASSOCIADOS CONTÍNUOS COMUNS DE ENGENHARIA, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XXX/2024, Procedimento nº 00677.000.727/2024, regendo-se pela Lei Federal n.º 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.º 13.706/2011 e n.º 15.228/2018, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104 /2023 e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste no fornecimento, instalação e manutenção contínua com provisão de peças de um sistema de energia ininterrupta – UPS (nobreake), descritos abaixo e conforme especificações constantes do Edital e da proposta da CONTRATADA:

ITEM		
------	--	--



	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Fornecimento de um sistema de energia ininterrupta UPS (nobreak). Compostos de 02 NOBreaks ( UPS) de 60kVA ( modular com redundância vertical) - Com instalação inclusa e Garantia de 12 meses. Tudo de Acordo com o Termo de Referência e Seus Anexos.	01 UN
2	Desinstalação das 02 unidades existentes- Tudo de Acordo com o Termo de Referencia e Seus Anexos.	01 UN
3	Manutenção contínua (preventiva, corretiva e preditiva). Tudo de acordo com o Termo de Referência e Seus Anexos.	48 MESES

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações e características dos serviços encontram-se descritas no item 4 do Termo de Referência.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total do presente contrato é de R\$ XXXXX (XXXXXX), sendo:

Item	Descrição	QTDE	Valor unitário	Valor total
1	Fornecimento de um sistema de energia ininterrupta UPS (nobreak). Compostos de 02 NOBreaks ( UPS) de 60kVA ( modular com redundância vertical) - Com instalação inclusa e Garantia de 12 meses. Tudo de Acordo com o Termo de Referência e Seus Anexos.	1 UN	R\$	R\$
2	Desinstalação das 02 unidades existentes- Tudo de Acordo com o Termo de Referencia e Seus Anexos.	1 UN	R\$	R\$
3	Manutenção contínua (preventiva, corretiva e preditiva). Tudo de acordo com o Termo de Referência e Seus Anexos.	4 8 MESES	R\$	R\$

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental,



frete, seguro, instalação, se for o caso, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

4.1 A contratação possui garantia, nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/2021, no valor correspondente a 5 % do valor contratual.

4.1.1 Será também exigida garantia adicional, caso a proposta ofertada seja inferior a 85% (oitenta e cinco) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do § 5º do artigo 59 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

4.3 A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

4.5 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de



endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

4.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 1(um) mês, contados da data em que for notificada.



4.12 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13 O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.14 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, após o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.

4.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.17 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO QUE ANTECEDE O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**



5.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, em até 15 (quinze) dias corridos após a disponibilização da súmula do presente contrato na imprensa oficial, os seguintes documentos:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente pago e assinado pelo responsável técnico; e

b) Certificado de Emissão de Apólice do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional específica para ART ou RRT emitida, conforme Lei Estadual n.º 12.385/05, pelo período de vigência contratual, tendo como importância segurada o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

5.2 O prazo previsto no item 5.1 poderá ser prorrogado a critério do CONTRATANTE a depender da justificativa da CONTRATADA.

5.3 A Apólice do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional definitiva deverá ser entregue ao gestor do contrato em até 30 (trinta) dias após a disponibilização da súmula do presente contrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE a depender da justificativa da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO**

6.1 Os serviços, bem como qualquer mobilização de material ou mão de obra, somente poderão ser iniciados após AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS, fornecida pela Divisão de Arquitetura e Engenharia.



6.2 O início do serviço será precedido de reunião realizada com a equipe da Divisão de Arquitetura e Engenharia do CONTRATANTE e representante da CONTRATADA, incluindo, obrigatoriamente, a presença do responsável técnico.

6.2.1 A reunião poderá ser no local do serviço ou nas dependências do CONTRATANTE, a critério da fiscalização.

6.2.2 Na reunião deverão ser definidos os seguintes pontos:

- a) programação de execução dos serviços ajustados entre os presentes;
- b) necessidades sobre alteração do horário de expediente e/ou forma de trabalho, considerando a possibilidade de estabelecimento de trabalho remoto no órgão, em função do nível de intervenção e, ainda, o prazo de execução dos serviços;
- c) eventuais restrições de acesso;
- d) instalações que poderão ser disponibilizadas para uso dos funcionários da contratada, bem como para a guarda dos materiais (pessoais e da obra);
- e) outros assuntos relevantes.

6.3 Serão emitidas, ao longo da execução do contrato, Ordens de Serviço e enviadas à CONTRATADA, a fim de determinar o início do prazo de entrega de a cada demanda, bem como outras informações pertinentes ao objeto.

6.3.1 As ordens de serviços referem-se a uma ordem para os itens 1 e 2 (Fornecimento e instalação dos Nobreaks e desinstalação dos equipamentos existentes) e uma ordem para item 3 (Manutenção contínua preventiva, corretiva e preditiva).



6.4 O fornecimento e instalação de um sistema de energia ininterrupta UPS (nobreak) e Desinstalação das unidades existentes deverão ser entregues e instalados na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80, Porto Alegre – RS, CEP: 90050-190, sendo instalados em sala técnica no 2º pavimento, acessível por rampa do estacionamento.

6.4.1 O dia e horário da entrega deverão ser agendados com a área técnica pelo e-mail: engenharia@mprs.mp.br ou pelos telefones 51-3295.8262, com 2 dias úteis de antecedência. Os serviços de desinstalação dos equipamentos existentes e de instalação estão descritos no ANEXO A nos itens 1.7.1 e 1.8.1.

6.4.2 Os serviços associados de manutenção contínua (preventiva, corretiva e preditiva), com fornecimento de peças, serão prestados no local onde foram instalados os equipamentos, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80, Porto Alegre – RS, CEP: 90050-190 na sala técnica no 2º pavimento. Os horários e condições estão descritos no ANEXO A item 2.1.7.

6.5 A CONTRATADA poderá utilizar as instalações existentes de água e luz do prédio, sem nenhum custo.

6.6 O prazo máximo de execução do objeto é o seguinte:

a) quanto ao fornecimento/instalação, deverá ser entregue concluso no prazo de até 04 (quatro) meses, a contar do dia útil seguinte à data de recebimento da ordem de serviço expedida pelo CONTRATANTE;

b) quanto aos serviços associados – a manutenção contínua (preventiva, corretiva e preditiva), o prazo máximo é de 60 (sessenta) meses, a contar do dia útil seguinte a data de recebimento da ordem de serviço expedida pelo CONTRATANTE.





Somente será emitida a ordem serviço para início após o recebimento definitivo dos equipamentos.

6.6.1 Os serviços associados - manutenção contínua (preventiva, corretiva e preditiva) serão subdivididos da seguinte forma:

a) nos primeiros 12 meses, período denominado de garantia técnica, a CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção (Manutenção Preventiva /Manutenção Preditiva, Manutenção Corretiva e Operação) inerentes aos equipamentos instalados, cumprindo, no mínimo, todas as obrigações indicadas nesta especificação e níveis de serviço. Durante este período, a CONTRATADA deverá também fazer a substituição daquelas peças/componentes que apresentarem defeitos ou problemas de operação ou funcionamento. No período da garantia técnica NÃO haverá nenhum ônus ou pagamento mensal devido à CONTRATADA.

b) a partir do 13º mês até findar o prazo máximo de 60 meses, a empresa efetuará manutenção contínua (preventiva, corretiva e preditiva) com fornecimento de materiais conforme previsto no memorial. Neste período haverá pagamento mensal referente a manutenção conforme previsto item 3 do termo de referência.

6.7 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

6.8 Serão emitidas, ao longo da execução do contrato, Ordens de serviço e enviadas à CONTRATADA, a fim de determinar o início do prazo de entrega de cada demanda, bem como outras informações pertinentes ao objeto.



6.8.1 As ordens de serviços referem-se a uma ordem para os itens 1 e 2 (Fornecimento e instalação dos Nobreaks e desinstalação dos equipamentos existentes) e uma ordem para item ( A Manutenção contínua (preventiva, corretiva e preditiva).

6.9 O recebimento dos equipamentos será em duas etapas sucessivas:

a) provisoriamente, no prazo de até 7 (sete) dias após a entrega de todo o material solicitado acompanhado dos respectivos documentos fiscais de faturamento.

b) definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da conclusão dos serviços de instalação e montagem e verificada a conformidade de todos os itens com as especificações do Edital, inclusive Garantia, nos termos do Anexo A item 4. Verificada a conformidade, será emitido o Termo do Recebimento Definitivo do objeto.

6.10 O recebimento dos serviços associados mensalmente prestados, dar-se-á conforme segue:

a) provisoriamente, na data da entrega dos relatórios de manutenção, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. A CONTRATADA, entre o 1º dia até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, deverá encaminhar ao fiscal técnico cópia de todos relatórios de manutenção;

b) definitivamente, pelo Gestor do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a conferência do Instrumento de Medição de Resultados (ANEXO C) a ser preenchido pelo fiscal técnico.



6.11 Caso não estejam de acordo com o exigido, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de até 15 (quinze) dias, refazer ou providenciar a solução dos problemas detectados, a contar da notificação do CONTRATANTE.

6.12 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA– DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1 Caso a CONTRATADA seja a fabricante do sistema, poderá subcontratar Assistência Técnica Autorizada para a realização da manutenção preventiva e corretiva, bem como para o fornecimento de peças, desde que originais da CONTRATADA, limitada a 40% do valor definido para manutenção preventiva e corretiva.

7.1.1 Toda e qualquer subcontratação de partes dos serviços deverá ser precedida de autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, desde que mantidas as condições exigidas na licitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação técnica, no que couber.

7.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.3 A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



7.4 A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

7.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

8.1 Não será exigida garantia contratual relativamente aos serviços associados contínuos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, apenas incidindo sobre objeto a garantia legal estabelecida na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8.2 Relativamente ao fornecimento e instalação dos equipamentos, a garantia contratual (abrangência, forma e local de prestação, meios de acionamento, prazos de atendimento e solução, entre outros), complementar à estabelecida pela Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, deve atender ao disposto no item 1.9 do Anexo A do termo de referência.

8.3 No período de vigência da garantia, o CONTRATANTE não pode ter ônus, de nenhuma natureza, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA qualquer despesa relativa à solução dos problemas verificados na prestação do serviço.



## **CLÁUSULA NONA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO**

9.1 O documento fiscal deverá ser apresentado após o recebimento definitivo do serviço, conforme descrito nos itens 6.9 e 6.10 da cláusula sexta deste ajuste.

9.1.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

9.1.2 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail: [engenharia@mprs.m.br](mailto:engenharia@mprs.m.br), aos cuidados de Rubens Alberto Girardi, lotado na Unidade de Projetos Elétricos, na cidade de Porto Alegre/RS, telefone: (51) 3295.8262.

9.1.3. A data da emissão do documento fiscal deve ser posterior à Ordem expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

9.1.4 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

9.1.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

9.1.6 Deverão ser encaminhados, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão Regularidade – FGTS;
- b) Certidão Regularidade de Tributos Federais;
- c) Certidão Regularidade de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Regularidade de Tributos Municipais;
- e) Certidão Regularidade Trabalhista;



9.2 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

9.3 Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

9.4 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização do documento fiscal.

9.5 O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

9.6 Sendo o caso de pagamento *pro rata die*, será adotado o mês comercial (30 dias).

9.7 Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.8 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

9.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade



ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

9.10 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

11.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA (ou algum índice específico), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano do orçamento estimado, datado de xx/xx/xxxx.

11.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104 /2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

11.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



11.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5 O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

12.1 Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

12.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

b) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) fiscalizar a execução do presente contrato;

d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;





e) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades e, no início do procedimento, notificar a emitente das garantias;

f) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato

### 12.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;



f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) manter preposto no local do serviço, aceito pela Administração;

j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e



incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133 /2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**



14.1 O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 65 (sessenta e cinco) meses.

14.1.1 O prazo de vigência foi definido tendo em conta o prazo para a entrega definitiva do fornecimento e instalação dos equipamentos (5 meses), acrescido de 60 meses de serviços associados contínuos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, a contar da data de recebimento do objeto inicial, autorizada a prorrogação, na forma do que prevê o artigo 113 da Lei Federal 14.133/2021.

14.2 A contratação poderá ser prorrogada:

a) pelo prazo necessário à conclusão do fornecimento e instalação dos equipamentos, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante constituição da CONTRATADA em mora, desde que o CONTRATANTE não opte pela extinção do contrato; e

b) em relação aos serviços associados contínuos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES**

15.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

15.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (zero vírgula por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso em que,



sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

15.2.1 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

15.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.4 A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

15.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.



15.6 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

15.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

15.8 O procedimento de penalização realizar-se-á em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento nº 104/2023-PGJ.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O objeto do presente contrato não envolve tratamento de dados pessoais de que trata a Lei n.º 13.709/2018 pela CONTRATADA em nome do Ministério Público/controlador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA EXTINÇÃO**

17.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, inc. I e II, da Lei 14.133/2021.

17.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.



## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

19.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

19.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

19.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.



19.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

19.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

19.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

20.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

20.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.

20.3 Além das atribuições constantes do Provimento 05/2023, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da





CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta do Órgão xx.xx, Recurso xxxx, Projeto xxxxx, NAD X.X.XX.XX, Rubrica XXXX.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.